

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE UNB PLANALTINA
BACHAREL EM GESTÃO AMBIENTAL**

LUIS GUILHERME DIAS DUARTE

A relação Unidade de Conservação – Comunidade: um estudo de caso a partir do grupo de mulheres Maria Faceira na Estação Ecológica de Águas Emendadas Planaltina - DF.

PLANALTINA – DF

2015

LUIS GUILHERME DIAS DUARTE

A relação Unidade de Conservação – Comunidade: um estudo de caso a partir do grupo de mulheres Maria Faceira na Estação Ecológica de Águas Emendadas Planaltina - DF.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Gestão Ambiental como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Gestão Ambiental.

Orientador: Prof. Dr. Irineu Tamaio

PLANALTINA – DF
2015

Ficha Catalográfica

DUARTE, Luis. G. D.

A relação Unidade de Conservação -Comunidade: um estudo de caso a partir do grupo de mulheres Maria Faceiras na Estação Ecológica de Águas Emendadas (ESEC –AE), Planaltina – DF. / Luis Guilherme Dias Duarte. Planaltina - DF, 2015.

Monografia – Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília.

Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental.

Orientador: Prof. Dr. Irineu Tamaio.

1. Educação Ambiental 2. Unidade de Conservação. 3. Gênero e Meio Ambiente. I. DUARTE, Luis. G. D II Título.

LUIS GUILHERME DIAS DUARTE

A relação Unidade de Conservação – Comunidade: um estudo de caso a partir do grupo de mulheres Maria Faceira na Estação Ecológica de Águas Emendadas Planaltina - DF.

Trabalho de Conclusão do Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental da Faculdade UnB Planaltina, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Gestão Ambiental.

Banca Examinadora:

Planaltina – DF, 03 de Julho de 2015.

Prof. Dr. Irineu Tamaio

Universidade de Brasília

Prof. Dr. Philippe Pomier Layrargues

Universidade de Brasília

Prof^a. Dra. Tânia Cristina da Silva Cruz

Universidade de Brasília

*“... Ergue-te levanta o rapaz, pega-o pela
mão, porque dele farei uma grande
nação”.*

(Genesis 21:18)

AGRADECIMENTOS

Quero louvar e agradecer primeiramente ao meu Deus, por sua infinita misericórdia e sua fiel graça derramada sobre a minha vida, a ti Senhor toda honra, glória e poder para todo sempre, amém.

Quero agradecer também minha esposa Jani, minha fiel companheira de todas as horas, que dividiu toda aflição no período em que estivemos mergulhados nesta pesquisa, e que também está carregando no ventre o maior presente de nossa vida, nosso primogênito Davi Luis, você foi muito importante sem você eu não conseguiria de forma nenhuma

Minha gratidão ao meu orientador Professor Dr. Irineu Tamaio, que em nenhum momento mediu esforços para me auxiliar nesta pesquisa, facilitando todo o processo que deveria ser seguido, meus mais sinceros agradecimentos, meu pedido é que nosso Deus que está no céu e vela por nós, possa abençoá-lo de forma sobrenatural, você e toda sua família, mais uma vez muito obrigado Irineu, por todo empenho e paciência.

Meus pais Manoel e Eunice, que lutaram com tanta dificuldade para que esse momento chegasse, saibam que vocês são o maior orgulho da minha vida.

Meus irmãos Mayara e Gustavo, que sempre estão presente em todos os momentos da minha vida, amo vocês.

Ao meu cunhado Elivaldo, colega de curso que sempre me incentivou, você é um irmão, amigo e grande companheiro.

As professoras Muna e Izabel, da Estação Ecológica de Águas Emendadas, que facilitaram minha pesquisa e acreditaram no trabalho.

As mulheres do grupo de proteção ao Cerrado Maria Faceira, meu muito obrigado, sem vocês essa pesquisa não teria acontecido, obrigado pelo carinho, por cada história que ouvi, por cada ensinamento que a sala de aula não pode nos proporcionar, e pelo lanche maravilhoso que vocês prepararam com tanto carinho. Levo essa experiência por toda minha vida, à vocês meu muito obrigado.

Enfim a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para a realização dessa pesquisa, meu muito obrigado.

RESUMO

Diante dos inúmeros problemas socioambientais que a sociedade vem enfrentando, muitos deles ocasionados pela ação humana, tais como crescimento populacional desordenado, acúmulo de lixo nas metrópoles, degradação de fauna e flora, dentre outros, surge a necessidade de elaborar políticas públicas para minimizar a degradação ambiental. Dentre essas políticas destaca-se a Educação Ambiental, área de conhecimento utilizada nessa pesquisa, que por sua vez foi realizada com um grupo de mulheres denominadas Maria Faceira, grupo esse formado por 12 moradoras do bairro Mestre D'armas, na Região Administrativa de Planaltina – DF. Esse bairro fica às margens da Unidade de Conservação Estação Ecológica de Águas Emendadas, que por sua vez está ilhada devido às pressões impostas pelo crescimento imobiliário, acúmulo de lixo, caça e pesca, e derrubada de árvores para extração de madeira. Os educadores da Unidade de Conservação se mobilizaram para trabalhar Educação Ambiental com essa comunidade do entorno. O objetivo da pesquisa foi compreender qual a contribuição que a Educação Ambiental pode dar no processo de Desenvolvimento de pertencimento da Unidade de Conservação pelo grupo de moradoras do entorno e de que forma essa interação comunidade – meio pode contribuir para isso. Essa pesquisa está inserida no campo metodológico da abordagem qualitativa, foi aplicado um questionário para o grupo Maria Faceira e o resultado obtido foi satisfatório mostrando que a Educação Ambiental é uma ação política extremamente importante no processo de reconhecimento da área protegida e dos recursos naturais.

Palavras – Chave: Educação Ambiental, Unidade de Conservação, Gênero e Meio Ambiente.

ABSTRACT

On the numerous environmental problems that society is facing, many of them caused by human action, such as disordered population growth, waste accumulation in the metropolis, fauna and flora degradation, among others, the need arises to develop public policies to minimize degradation environmental. Among these policies there is the environmental education, knowledge of area used in this research, which in turn was held with a group of women called Mary Coquette, this group made up of 12 residents of the neighborhood Master D'arms Administrative Region of Planaltina - DF. This neighborhood sits on the banks of the Ecological Station of conservation Emendadas waters, which in turn is islanded due to the pressures imposed by the real estate growth, accumulation of garbage, hunting and fishing, and logging for timber extraction. Educators Conservation Unit were mobilized to work environmental education with that of the surrounding community. The objective of the research was to understand the contribution that environmental education can give the belonging development process of the protected area by the surrounding residents group and how this interaction community - means may contribute to this. This research is part of the methodological field of qualitative approach, a questionnaire was administered to Maria Coquette group and the result was satisfactory showing that environmental education is an extremely important policy action in the process of recognition of the protected area and natural resources.

Key - words: Environmental Education, Conservation Unit, Gender and Environment.

Lista de Abreviaturas e Siglas

APA – Área de Proteção Ambiental.

ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico.

CODHAB – Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente.

ESECAE – Estação Ecológica de Águas Emendadas.

FLONA – Floresta Nacional.

GRUPAR - Grupo de Análise e Aprovação de Parcelamentos do Solo e Projetos Habitacionais.

IBRAM – Instituto Brasília Ambiental.

PAC – Programa de Aceleração ao Crescimento

REbio – Reserva Biológica.

REsex – Reserva Extrativista.

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

UC – Unidade de Conservação.

ZEE – Zoneamento Ecológico Econômico.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E COMUNIDADE.....	15
1.1 Unidades de Conservação e Comunidade.....	15
1.2 Campo de Pesquisa.....	18
1.3 O papel da Unidade de Conservação.....	21
1.4 Unidades de Conservação no Distrito Federal.....	23
1.5 Zona de Amortecimento (ZA) Zona Tampão (ZP).....	25
1.6 O papel da comunidade do entorno.....	29
1.7 Mestre D'armas: Um Bairro em ascensão.....	28
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	29
2.1 Educação Ambiental: Histórico e ação Comunitária.....	29
2.2 Gênero e Meio Ambiente.....	32
3. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS.....	36
3.1 Metodologia.....	36
4. ANÁLISE DOS DADOS.....	38
4.1 Águas Emendadas: da percepção de um mato para uma área de práticas ecológicas”.....	38
4.2 A UC: De um local que era distante e tornou-se próximo.....	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	50
ANEXO.....	53

INTRODUÇÃO

O avanço das áreas metropolitanas e a ocupação desordenada vêm provocando impactos no cerrado, sobretudo nas cidades. No Distrito Federal o crescimento imobiliário e as pressões impostas pela agricultura têm sobrecarregado a capacidade de suporte das Unidades de Conservação (UC), que por sua vez estão ilhadas, e cada vez mais ameaçadas de terem seu hábitat desequilibrado.

Considerado o segundo maior bioma da América do Sul, o Cerrado se caracteriza por sua biodiversidade, com área de 2.036,448 Km² de extensão, ocupando 22% do território nacional, sendo essa área contínua incidente nos estados de Goiás (GO), Tocantins (TO), Mato Grosso (MT), Mato Grosso do Sul (MS), Minas Gerais (MG), Bahia (BA), Maranhão (MA), Piauí (PI), Rondônia (RO), Paraná (PR), São Paulo (SP) e Distrito Federal (DF).

Essa biodiversidade o faz ser considerado um dos grandes berços da biodiversidade mundial e a savana mais rica do mundo, onde já foram catalogadas 11.627 plantas nativas, 199 espécies de mamíferos, 837 espécies de avifauna, 1.200 espécies de peixes, dentre outros como répteis e anfíbios que juntos possuem uma porcentagem considerável. (Brasil, 2014).

A conservação do Cerrado brasileiro é algo indispensável para a vida, visto que, é raro encontrar tamanha biodiversidade, isso faz com que políticas públicas sejam criadas para a manutenção do bioma.

Dentre as medidas de preservação do Cerrado destaca-se a criação das Unidades de Conservação (UC), criadas mediante necessidade de manter o ecossistema.

Não é apenas por seus aspectos ambientais que o Cerrado possui um grande destaque e deve ser preservado, sua cultura é extremamente rica, diversas populações vivem e retiram seu sustento advindo do Cerrado, comunidades indígenas, geraizeiros, quilombolas, ribeirinhos, babaqueiras, vazanteiros, que juntos fazem parte da história e do patrimônio cultural brasileiro (Brasil, 2014).

Diegues & Arruda (2000) afirmam que para muitos o saber e o fazer tradicional contribuem de forma significativa no processo de preservação e manutenção da biodiversidade dos ecossistemas. Na verdade esses saberes é nada mais nada menos que o resultado da soma de uma co-evolução entre as sociedades e seus ambientes naturais, que permitiu a conservação de um equilíbrio entre ambos.

A importância da manutenção dos saberes e fazeres tradicionais estão intrinsecamente ligados à preservação de um patrimônio histórico - cultural, pois o distanciamento do homem de sua ligação com a “terra”, e o grande avanço desenvolvimentista tem acelerado o processo de degradação do meio ambiente de forma considerável e medidas coercivas e de prevenção devem ser tomadas na tentativa de conter o ímpeto da degradação ambiental. Podemos destacar dentre elas a Educação Ambiental, que por sua vez é área de conhecimento a ser trabalhado nesta pesquisa.

A interação indivíduo – meio, contribui de forma significativa para uma maior conservação dos ecossistemas e o processo de gestão ambiental em Unidades de Conservação, tem se mostrado cada vez mais eficiente no processo de conservação do meio ambiente.

Analisaremos essa relação indivíduo - meio a partir de um grupo de mulheres da Região Administrativa de Planaltina – DF, mais precisamente no bairro Mestre D’armas, grupo esse que possui uma relação direta com a Unidade de Conservação Estação Ecológica de Águas Emendadas (ESECAE – DF), no intuito de minimizar os impactos advindos da proximidade do Bairro Mestre D’armas com a UC, educadores resolveram desenvolver ações da Educação Ambiental com essa comunidade, formando grupos locais, nesse trabalho foi analisado o grupo de proteção ao Cerrado Maria Faceira.

O objetivo é pesquisar a importância da relação Comunidade - UC, a partir de um grupo de mulheres denominadas Maria faceira, e analisar a forma de compreensão da Unidade de Conservação por parte desse grupo de mulheres antes e depois dessa interação, qual foi a contribuição que essa relação teve nesse processo.

Do ponto de vista socioambiental essa pesquisa vai contribuir com a comunidade do Mestre D’armas, mostrando a importância que ela possui para a conservação da Unidade.

As UCs foram criadas quando as pressões sobre o meio ambiente estavam fugindo de controle, o modelo socioeconômico vigente contribui para a perturbação dos ecossistemas, o crescimento imobiliário, a agricultura, as construções de rodovias, queimadas, acúmulo de lixo, dentre outros tem sido alguns dos agentes causadores da degradação.

O crescimento imobiliário e a expansão urbana contribuíram para as perturbações dos ecossistemas, devido aos impactos que elas podem causar como acúmulo de lixo, caça e pesca ilegal, sendo assim uma das alternativas foi o afastamento do homem para a conservação do bioma, entretanto, o meio mais eficaz de conservar o meio ambiente não é o

afastamento do ser humano. É o que afirma Pádua e Tabanez (1998), quando dizem que este afastamento não tem sido suficiente para a proteção do ecossistema (Unidade de Conservação), já que os recursos para o manejo de áreas protegidas são escassos.

Por outro lado, apenas a criação de Unidades de Conservação não é o suficiente para assegurar a proteção de recursos sejam eles: naturais, culturais ou históricos. É necessário que o enfoque sobre a temática ambiental esteja inserida não só no campo ambiental, mais em todos os segmentos da sociedade, pois esta tem o papel fundamental na preservação e valorização dessas áreas. A Educação Ambiental se destaca como um meio eficaz no processo de envolvimento de comunidades no processo de manejo dessas áreas (PÁDUA & TABANEZ, 1998).

Pádua e Tabanez (1999) mostram que a maior parte da biodiversidade que existe no planeta hoje, se encontra em Unidades de Conservação, essas que por sua vez tornaram-se verdadeiras “ilhas de vida”. Porém a maior parte delas vem sofrendo diversas pressões como: invasões, desmatamentos, extração de produtos naturais, expansão de atividades agrícolas, mineração, especulação imobiliária, caça, pesca e até o lazer descontrolado. Neste contexto a proteção dessas áreas torna-se cada vez mais importante.

Sá (2005) cita que a ideologia individual do capitalismo moderno constrói a representação da pessoa humana como um ser mecanizado, desenraizado e desligado do seu contexto, incapaz de reconhecer as relações que tornam o homem humano, e ignora o que não esteja direta ou indiretamente ligado aos seus interesses e ao próprio bem estar.

O homem no decorrer de sua história se desprende da natureza, e não se sente mais parte, o olhar humano para com a natureza se dá mais como um olhar de dominância, de poder absoluto e não como “mais um”.

É o que afirma Queiroz (2013 p.83):

{...} um vigoroso avanço tecnológico “eficiente”, em sua racionalidade instrumental, mas que causa repulsa pela retórica desenvolvimentista desses avanços em concomitância com as mais selvagens agressões ao meio ambiente e aos marginalizados socialmente. Em nome do desenvolvimento e do progresso, os impactos ambientais não são dimensionados, bem como a “certeza” da infinitude dos recursos naturais é propagada pelo modo de produção e pelo consumo hegemônicos.

Essas agressões citadas por Queiroz (2013) é o reflexo do desenraizar do homem de suas origens ecológicas, do modelo socioeconômico vigente e que já perdura há muito tempo, a incapacidade de enxergar seu contexto como um todo, e não com um olhar de dominância sobre a natureza.

I UNIDADE DE CONSERVAÇÃO E COMUNIDADE

1.1 Unidades de Conservação e Comunidade

As Unidades de Conservação (UC) possuem uma importância significativa no processo de preservação dos recursos naturais e no equilíbrio do ecossistema, Queiroz (2013) caracteriza as Unidades de conservação como um local propício a perpetuar a biodiversidade da fauna e da flora, e também a manutenção do banco genético local, destaca também algumas finalidades que surgem a partir da preservação desses territórios, como o ecoturismo - uma fonte de recreação, lazer e renda para a comunidade do entorno-, pesquisas no campo científico, manutenção da beleza cênica, atividades educativas e desenvolvimento de práticas ecológicas.

É o que também afirma Simões (2008), quando caracteriza as Unidades de Conservação como uma área instituída pelo poder público para a proteção da fauna, flora, microorganismos, corpos d'água, solo, clima, paisagens, e todos os outros processos ecológicos pertinentes aos ecossistemas naturais. É comum a definição teórica do que é uma UC, o que também se caracteriza hegemônico é a idéia de que ela deve ser preservada.

Quando se fala em Unidade de Conservação, lembra-se muito, do Parque estadunidense, criado em 1872, localizado entre os estados de Wyoming, Montana e Idaho – Parque Nacional de Yellowstone(OBARA E SILVA 1995*apud*MENIS & CUNHA 2011).

Mesmo não sendo efetivamente uma Unidade de Conservação, o Parque Nacional de Yellowstone, configura-se um marco na tentativa da criação de um local para preservar e enaltecer a natureza, que sem sombra de dúvidas é sim, o ponta pé inicial para a criação de Unidades de Conservação e Áreas de Preservação.

De fato Yellowstone tornou-se um grande modelo de seguimento para a criação de diversos Parques em vários países que posteriormente adotaram normas técnicas e avanços tecnológicos para preservação de áreas com valores ambientais.

Entretanto polemizam a questão de qual foi o primeiro Parque a ser criado para preservação, pois em 1864, ou seja, oito anos antes, também nos Estados Unidos, só que na Califórnia, foi criado o Parque Estadual de Yosemite, um local para proteger e enaltecer a natureza(GODOY 2000*apud* MENIS & CUNHA 2011).

Para (Assis 2005 apud Menis & Cunha 2011), em 1876, provavelmente movido pela inspiração de Yellowstone, o engenheiro André Rebouças sugeriu a criação de Parques Nacionais em Sete Quedas e na Ilha do Bananal.

O movimento da criação de áreas que enaltescessem a natureza chegou ao Brasil de forma tímida, entretanto, com boas perspectivas de crescimento à preservação dos recursos naturais, baseado nessas ideias anteriormente apresentadas uma série de Parques estaduais e nacionais são criados com o mesmo objetivo.

Dentre os principais Parques podemos citar o Parque Nacional do Araguaia no hoje Estado do Tocantins, cuja finalidade era proteger uma amostra do ecossistema que fazia a transição do Cerrado para a Floresta Amazônica e também de uma porção da Ilha do Bananal; Parque Nacional de Ubajara no estado do Ceará, o intuito desse parque era proteger uma pequena amostra da Floresta Subcaducifólia Tropical e o Parque Nacional de Aparados da Serra no Rio Grande do Sul, para proteger amostras consideráveis da flora e geologia local. (BRASIL 2007 *apud* MENIS & CUNHA 2011).

O Código Florestal criado em 1934, não conseguia conter e nem impor limites na exploração e degradação dos recursos florestais, surge então à necessidade de criação de mecanismos que visem garantir a sustentabilidade.

Só em 1961, com a nova capital federal em território de cerrado é que as áreas de preservação e enaltecimento a natureza vão chegar a capital federal, com a criação do Parque de Brasília.

Com a fundação da nova capital federal (Brasília) em área de cerrado a atenção para a região foi aumentada e gerou-se a necessidade de criação de áreas protegidas neste bioma. Foram então criados, em 1961, os Parques da Chapada dos Veadeiros e das Emas no estado de Goiás e o de Brasília no Distrito Federal. (Menis & Cunha, 2011).

Somente a partir de 1979, critérios e normas técnico científicos foram levados em conta para a implantação e gestão das UCs. (MENIS & CUNHA, 2011).

Os mecanismos para a implantação e gestão das Unidades de Conservação foram dotados de normas técnicas e científicas, pois a degradação dos recursos caminhava a passos largos, e medidas paliativas não se mostravam capazes de conter tamanho avanço, a criação de um órgão específico e de poder federal surge como uma ferramenta importante na tentativa de preservar os recursos naturais.

Em 18 de julho de 2000 foi instituído o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), por meio da Lei Federal nº 9.985, que regulamenta o artigo 225, parágrafo 1º, incisos I, II, III e VII, da Constituição Federal. Esta lei estabelece os princípios básicos para a estruturação do sistema brasileiro de áreas protegidas e apresenta os critérios e normas para a criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação da Natureza. As Unidades de Conservação da Natureza, de acordo com o SNUC, dividem-se em dois grandes grupos com características específicas e graus diferenciados de restrição:

I - Unidades de Proteção Integral - voltadas à preservação da natureza, admitindo apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos em Lei;

II - Unidades de Uso Sustentável - objetivam compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

O grupo das unidades de Proteção Integral é composto pelas seguintes categorias: **Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque nacional; Monumento Natural, Refúgio de Vida Silvestre.**

Constituem o grupo das unidades de Uso Sustentável as seguintes categorias: **Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; Reserva Particular do Patrimônio Natural** (BRASIL, 2000. p. 4).

Esse processo de regulamentação das Unidades de Conservação, não foi suficiente para manter a preservação do meio ambiente, devido às pressões que os agentes externos impunham ao ecossistema. O crescimento imobiliário, a agricultura intensiva, o acúmulo de lixo, a construção de rodovias são alguns dos fatores que perturbam o equilíbrio da zona de amortecimento, um trabalho envolvendo os atores que estão diretamente ligados com a UC, torna-se uma estratégia eficaz no processo de conservação da UC.

No processo de preservação de uma UC, a interação da comunidade para com o meio tem sido uma ferramenta extremamente útil por parte dos gestores, é o que afirma Queiroz

(2013) quando cita que é extremamente pertinente buscar informações junto à comunidade do entorno quanto ao seu entendimento da relação sociedade-natureza, corrobora ainda que quando trabalhado a percepção de lugar, meio ambiente e problemas socioambientais é possível refletir sobre novas metodologias estratégicas para solucionar problemas ambientais e subsidiar ações sustentáveis em Unidades de Conservação e zonas de amortecimento.

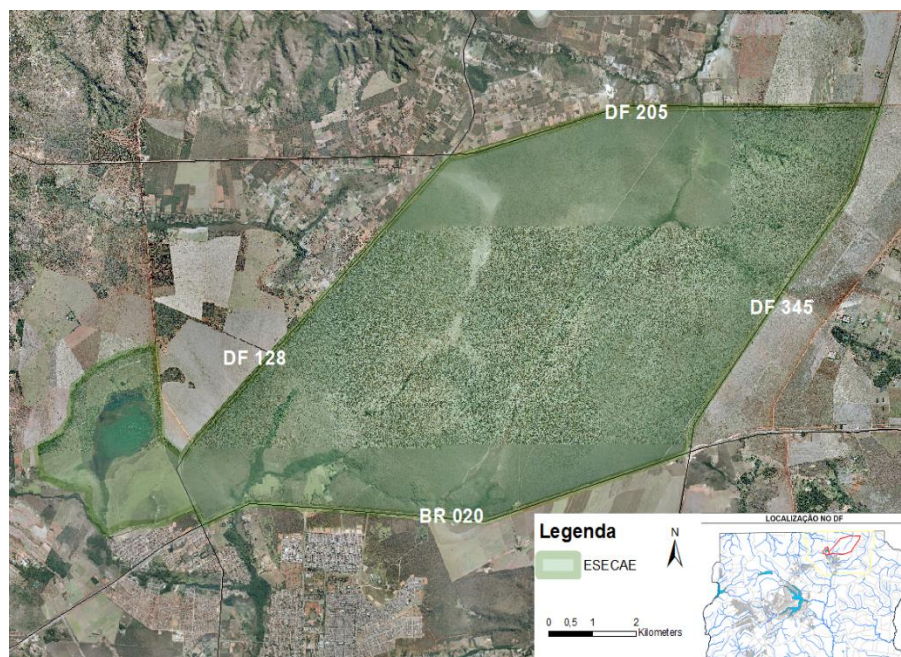
O planejamento de uso público das Unidades de Conservação é uma ferramenta importante no processo de preservação, essa relação comunidade – UC, se caracteriza pela interação total do indivíduo com o meio, é o que afirma Queiroz (2013), dizendo que é extremamente pertinente haver um plano estratégico metodológico de interação entre a comunidade e o meio físico à ser preservado, haja vista que, certas práticas envolvendo a sociedade e as comunidades do seu entorno, colaboram para minimizar a degradação ambiental e garantir uma nova relação sociedade – natureza.

No entanto as UCs estão ilhadas, sobretudo nas regiões metropolitanas, o crescimento imobiliário e as pressões impostas pelo crescimento da agricultura, o acúmulo de lixo nas zonas de amortecimento (zona tampão), a construção de rodovias, tem ameaçado cada vez mais a biodiversidade das Áreas de Preservação Ambiental, a criação de Unidades de Conservação, Parques Ecológicos, Áreas de Preservação Permanente, dentre outros, não foram suficientes para controlar os impactos ambientais, sendo necessário, pensar a melhor maneira de gerir essas Unidades, e dentre elas destaca-se a Educação Ambiental, que é a área de conhecimento que fundamenta teoricamente essa pesquisa.

1.2 O campo da Pesquisa

Na Região Administrativa de Planaltina – DF, mais precisamente na Unidade de Conservação Estação Ecológica de Águas Emendadas – (ESECAE), esses problemas como pressão imobiliária, agricultura intensiva, construção de rodovias, caça e pesca a fauna local, acúmulo de lixo nas zonas de amortecimento, são fatores que tem agredido cada vez mais o ecossistema, necessitando de uma intervenção de políticas públicas no intuito de manter o meio ambiente equilibrado, que é o que institui o art. 225 da Constituição Federal.

A Estação Ecológica de Águas Emendadas – ESECAE, está localizada em Planaltina – DF, possui uma área total de 10.500 ha, na porção nordeste do Distrito Federal, ela abriga uma boa parte das fitofisionomias presentes no cerrado, entre elas as formações campestres (campos limpos e cerrados), cerrado *sensu stricto*, matas de galeria e veredas (RIBEIRO & MARINHO, 2005).



Mapa1: Mapa de Imagem de satélite (DUARTE, 2015).

Reconhecida por força do Decreto 11.137/88, a Unidade de Conservação Estação Ecológica de Águas Emendadas era conhecida como Reserva Biológica de Águas Emendadas com uma porção de terra bem menor. Biologicamente, esta área de proteção se destaca por possuir duas nascentes de grandes bacias hidrográficas da América do Sul, sendo a Araguaia/Tocantins e a Platina, em uma vereda de aproximadamente 6 quilômetros de extensão (ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO DO DF, 2005).

A preocupação com a degradação ambiental e seus decorrentes impactos é objeto de preocupação por parte dos gestores da ESECAE-DF, sendo assim, surge a necessidade de algumas articulações pedagógicas por parte dos educadores para garantir a sustentabilidade.

Tamanha é a importância de preservação da Unidade em questão que o relatório do Zoneamento Ecológico Econômico do Distrito Federal, a classificou como a principal Unidade de Conservação distrital, pois além de contar com um plano de manejo criado recentemente, ela já contava com um Plano Emergencial e um Plano de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais, sendo este último revisto todos os anos para atender as demandas do corpo de Bombeiros, além de todas essas políticas a ESECAE, possui também pessoal efetivo para trabalhar nesta área, além de recursos orçamentários e infra-estrutura. (ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO DO DF, 2005).

Localizado na região administrativa de Planaltina – DF o condomínio Mestre D’armas é mais um dos mais de 15 bairros que constituem a cidade histórica, inaugurada em 19 de agosto de 1959, há controvérsias, pois historiadores afirmam que o local possui mais de 200 anos de história, fato é que Planaltina é um berço cultural para Brasília e para o Brasil. Sua área é de 1.534,69 km de extensão e possui 230.00 habitantes (GDF, 2014).

No bairro Mestre D’armas existe um grupo de mulheres com características muito parecidas, nordestinas e donas de casa. Uma vez por semana essas mulheres se reuniam para praticar atividade física em um local muito próximo a Unidade de Conservação Estação Ecológica de Águas Emendadas. Além de se exercitarem elas trocavam experiências, sorriam bastante e desafogavam um pouco do serviço árduo que o lar lhes impõe.

Nesse mesmo período políticas de preservação vinham sendo discutidas por parte dos educadores da Unidade de Conservação, questões como o grande depósito de lixo descartado pelos moradores nos arredores da UC, que também muitas vezes é o “quintal” da casa de muitos, caça a fauna do local, dentre outros impactos indiretos que a comunidade estava causando a UC. Dentre as estratégias escolhidas pelos educadores da Estação Ecológica de Águas Emendadas vale destacar a ideia de inserção da comunidade para com o meio, explorando a noção de pertencimento.

Essa estratégia de interação Comunidade - Meio, corrobora com a ideia de que o caminho a ser seguido não é o afastamento do homem da natureza e de suas raízes centrais, é o que afirma Sá (2005), quando diz que o desenraizar do homem da natureza, reflete boa parte dos problemas socioambientais que enfrentamos hoje, a perda dos saberes práticos, perda de sensibilidade com as outras formas de vida, e o aumento da ideia de que é o ser “dominador”, fez com que a degradação de ambientes naturais aumentasse de forma exponencial e gradativa. Para minimizar esses impactos, devemos retomar essa sensibilidade que perdemos e entendermos que não somos a única forma de vida dentro do ecossistema.

Pádua & Tabanez (1998), mostram que diante das diversas estratégias de manejo utilizadas no processo de cuidado com os recursos naturais, o envolvimento da comunidade na participação da proteção dessas áreas, permite a oportunidade de enriquecer o conhecimento, pois estimula todos os sentidos ao mexer com emoções e sensações, fazendo com que o ser humano questione os valores e ao mesmo tempo seja capacitado para agir em prol da melhoria da qualidade de vida, o que inclui a conservação ambiental.

Acreditando na inserção de valores, onde o homem possa participar da manutenção e sentir-se parte do meio onde ele habita, foi que os educadores da Unidade de Conservação Estação Ecológica de Águas Emendadas, tentaram uma aproximação inicial com essas

mulheres, convidando elas para praticar essas atividades dentro da UC, que não restringia a ginástica, mas também produção de artesanato com materiais recicláveis, participando posteriormente de diversas exposições, isso trouxe uma renda a mais para suas famílias, daí nasceu o grupo de proteção ao Cerrado denominado Maria Faceira.

Maria Faceira é um nome popular de uma ave que ocorre em áreas de Cerrado aberto e em ambiente aquático, seu nome científico é (*Syrignasibilatrix*), de acordo com os educadores da ESECAE-DF, responsáveis pelo projeto, o nome foi escolhido, pela semelhança em gostar de produzir em ambiente aberto. O grupo de proteção ao Cerrado busca por meio do trabalho de educação ambiental, a autoformação e o desenvolvimento socioambiental (GDF, 2010).

Esse trabalho tem como hipótese que essa relação da Comunidade por meio da ação das (Maria Faceira) – Unidade de Conservação mudou a relação dessas mulheres com o meio ambiente, trouxe novas experiências e resgatou da memória a proximidade com a terra.

1.3 O papel da Unidade de Conservação

A importância que as Unidades de Conservação (UC) têm para que haja garantia dos recursos naturais em pleno equilíbrio, faz com que elas assumam um papel e uma responsabilidade grande na luta contra os problemas ambientais, como a escassez de água potável e perda da biodiversidade.

Simões (2008) afirma que a criação de uma Unidade de Conservação (UC), é uma ferramenta indispensável para que um país consiga cumprir seus acordos internacionais voltados para o meio ambiente, sendo também primordial para preservar os bens naturais e minimizar os problemas oriundos da crise ambiental.

O grau de benefício e mensuração de importância da manutenção das UCs, para o ser humano, é elencado por Simões (2008), sendo as mais importantes.

- Regulação da quantidade e qualidade de água para consumo;
- Fertilidade dos solos e estabilidade das encostas (relevo);
- Equilíbrio climático e manutenção da qualidade do ar;
- Alimentos saudáveis e diversificados;
- Base para produção de medicamentos para doenças atuais e futuras;
- Áreas verdes para lazer, educação, cultura e religião;

- Fornecer matéria – prima para tudo o que se possa imaginar (SIMÕES, 2008, p. 5).

O Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC) define e regulamenta as categorias de Unidades de Conservação, nas instâncias federal, estadual e municipal, e as separa em dois grupos distintos: Unidades de Proteção Integral, e Unidades de Uso Sustentável, sendo a primeira com enfoque preservacionista e a segunda que permite várias formas de utilização dos recursos naturais (RYLANDS & BRANDON, 2005).

As Unidades de Conservação nas esferas federal e estadual foram catalogadas por (RYLANDS & BRANDON, 2005), eles dividiram por grupo, seja de “Proteção Integral ou Uso Sustentável”, todas as UCs que compõem o quadro ambiental do Brasil, veja na tabela abaixo:

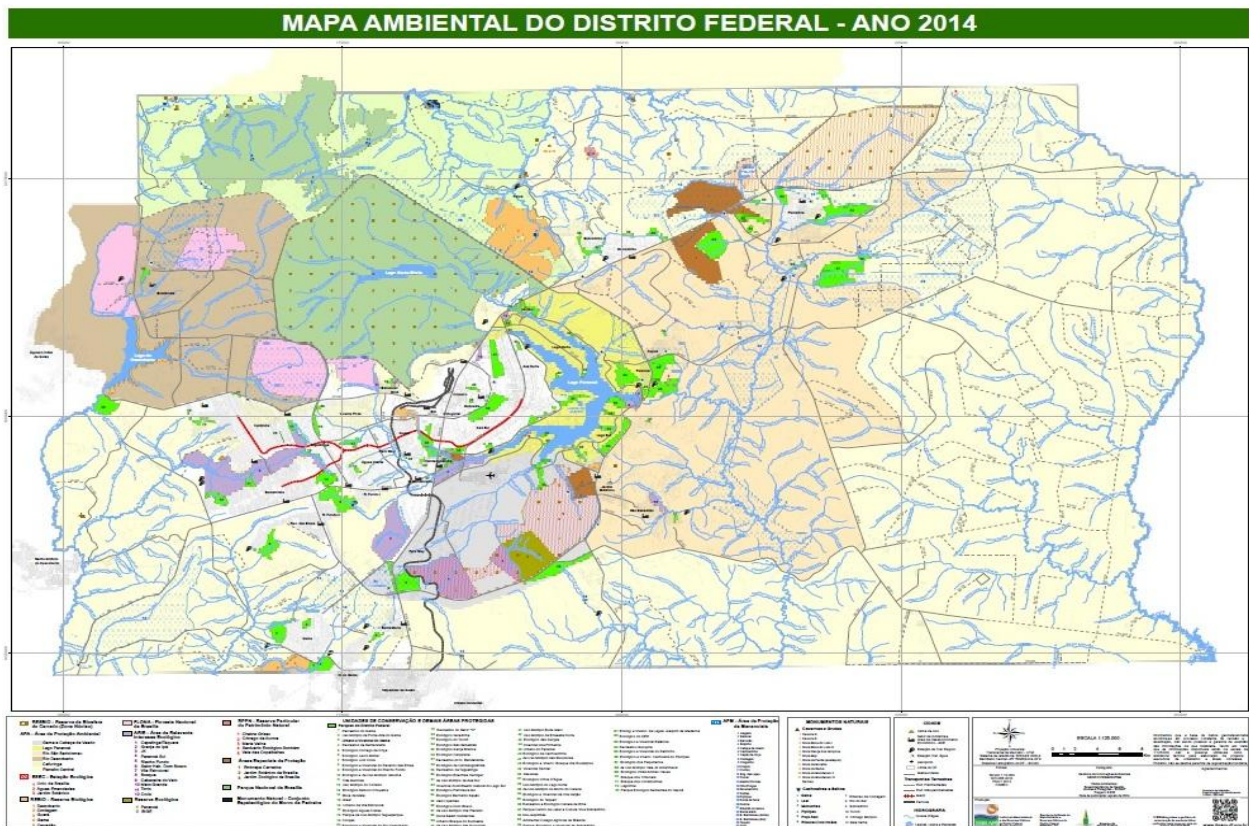
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS			UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS		
	Nº	ÁREA (hectares)		Nº	ÁREA (hectares)
PROTEÇÃO INTEGRAL			PROTEÇÃO INTEGRAL		
Parque nacional	54	17.493.010	Parque estadual	180	7.697.662
Reserva biológica	26	3.453.528	Reserva biológica	46	217.453
Estação ecológica	30	7.170.601	Estação ecológica	136	724.127
Refúgio de vida silvestre	1	128.521	Refúgio de vida silvestre	3	102.543
Monumento natural	0	0	Monumento natural	2	32.192
Subtotal	111	28.245.729		367	8.773.977
USO SUSTENTÁVEL			USO SUSTENTÁVEL		
Floresta nacional	58	14.471.924	Floresta estadual	58	2.515.950
RDS ^a	0	0	RDS	9	8.277.032
Reserva extrativista	36	8.012.977	Reserva extrativista ^b	28	2.880.921
APA ^c	29	7.666.689	APA	181	30.711.192
ARIE ^d	18	43.394	ARIE	19	12.612
Subtotal	141	30.194.984		295	44.397.707
TOTAL	252	58.440.704		662	53.171.684

Tabela 1: Número e área total das diferentes categorias de Unidades de Conservação estaduais e federais no Brasil – Fevereiro de 2005. Fonte: (RYLANDS & BRANDON, 2005 p. 32)

1.4 Unidades de Conservação no Distrito Federal

O Distrito Federal se caracteriza por possuir um conjunto extenso de Unidades de Conservação, em diversas categorias, Cavalcanti & Silva, (2011) afirmam em seu relatório ambiental para o DF, que 40% do território distrital é coberto por áreas voltadas à preservação, entretanto, a porcentagem das áreas permanentemente protegidas, é um número bem menor, pois muitas unidades, como Área de Proteção Ambiental, abrangem variadas forma de uso do solo, incluindo atividades agrícolas, florestais e aglomerações Peri - urbanas.

O Instituto Brasília Ambiental (IBRAM) emitiu um relatório em 2014, mapeando e classificando todas as unidades de conservação do Distrito Federal, cada uma em sua respectiva área e competência. (GDF, 2014).



Mapa: 2 Mapa Ambiental do Distrito Federal – Fonte: (IBRAM)

RELAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL

<u>Estação Ecológica</u>	<u>Reserva Biológica (REBIO)</u>	<u>Reservas Ecológicas</u>	<u>Parque Nacional (PARNA)</u>	<u>Floresta Nacional (FLONA)</u>	<u>Área de Proteção Ambiental (APA)</u>	<u>Área de relevante interesse ecológico (ARIE)</u>	<u>Área especial de Proteção</u>
Estação Ecológica de águas Emendadas.	Reserva Biológica da Contagem.	Reserva Ecológica do IBGE.	Parque Nacional de Brasília.	Floresta Nacional de Brasília.	APA da bacia do rio São Bartolomeu.	ARIE do Paranoá Sul.	Jardim Botânico de Brasília.
Estação Ecológica do Jardim Botânico.	Reserva Biológica do Rio Descoberto.	Reserva Ecológica no Lago Paranoá.			APA da bacia do rio Descoberto.	ARIE Capetinga-Taquara	Jardim Zoológico de Brasília.
Estação Ecológica da Universidade de Brasília.	Reserva Biológica do Gama.				APA das bacias do Gama e Cabeça-de-viado.	ARIE do Santuário de vida Silvestre do Riacho Fundo.	
	Reserva Biológica do Guará.				APA de cafuringa.	ARIE parque Juscelino Kubitschek.	
	Reserva Biológica do cerradão.				APA do Lago Paranoá.	ARIE do Bosque.	
					APA do Planalto Central.	ARIE da granja do Ipê.	
						ARIE do setor habitacional Dom Bosco.	

						ARIE do Córrego Mato Grande.	
						ARIE do Torto.	
						ARIE da vila Estrutural	
						ARIE do Córrego Cabeceira do Valo.	

Tabela 2 – Relação de Unidades de Conservação no DF Fonte:(IBRAM, 2014).

Inúmeras são as áreas destinadas para manutenção do ecossistema, e ainda existem muitas que não foram implantadas ou estão sem gestão efetiva, é fato que algumas possuem um grau de relevância maior do que outras, devido suas importâncias biológicas e culturais é o que afirma Cavalcanti & Silva (2011) quando classificam o Parque Nacional de Brasília com 30.000 ha, Estação Ecológica de Águas Emendadas 10.500 ha, Estação Ecológica do Jardim Botânico 4.500 ha, Reserva Ecológica do IBGE 1.350 ha, Estação Ecológica da Universidade de Brasília e a Área de Interesse Ecológico do Capetinga-Taquara 2.068 ha cada, como as principais áreas destinadas à preservação dos recursos naturais.

1.5 Zona de Amortecimento (ZA) ou Zona Tampão (ZP)

Também conhecida como zona tampão, a zona de amortecimento foi criada pelo art. 2º, inciso XVIII da lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), lei nº 9.985/2000, e caracteriza essa área como:

[...] Zona de amortecimento: o entorno de uma Unidade de Conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade (BRASIL, 2000. p. 2).

Embora a criação de zonas de amortecimento tenha sido regulamentada apenas no ano 2000, já havia uma enorme preocupação jurídica em normatizar o uso e ocupação de áreas no entorno de terrenos ambientais. É o que elenca (Vio 2001 *apud* Ribeiro, Freitas & Costa 2010), quando relembra que no ano de 1967 com a criação da Lei nº 5197, foi instituído

regulamentado uma distância mínima de 5 km em relação a terrenos adjacentes e estabelecimentos oficiais e açudes do domínio público, onde ficou proibida a utilização, a perseguição, a destruição e a caça de espécimes da fauna silvestre.

O conceito de zona de amortecimento passou por diversas mudanças de nomenclatura, entretanto, a ideia era similar ao que vemos hoje, é o que afirmam em sua obra (Vio 2001 *apud* Ribeiro, Freitas & Costa 2010), quando lembram que no decreto 84.017 de 1979 o conceito de zona tampão ou de amortecimento ainda havia aparecido no regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros, todavia, essa preocupação de manutenção e administração dos serviços nas periferias dos Parques eram priorizadas, porém com outro nome “ zona de uso especial”, com intuito de não conflitarem com seu caráter natural.

Em 1990 com o art. 2º da resolução CONAMA 013/1990, o conceito de zona de amortecimento foi regulamentada, determinando que toda atividade que pudesse afetar a biota, prejudicando as áreas circundantes das unidades de conservação, em um raio de 10 km fosse licenciada pelo órgão ambiental competente. (Vio 2001 *apud* Ribeiro, Freitas & Costa 2010).

O art. 25 da Lei 9.985/2000 veio para revogar a Resolução CONAMA 013/1990, é o que afirma Ribeiro, Freitas & Costa (2010), quando diz que a partir da revogação, cabe ao órgão responsável pela administração da unidade estabelecer e regular a ocupação e o uso dos recursos da zona de amortecimento, onde seus limites podem ser estabelecidos no ato de criação da UC ou defini-los após a criação, de acordo com o plano de manejo.

A regulamentação da zona de amortecimento (tampão) veio para minimizar impactos advindos de atividades que ameaçam o equilíbrio do ecossistema e proteger todo e qualquer risco a integridade da área. É isso que Ribeiro, Freitas & Costa (2010) acrescentam em sua obra, quando dizem que a zona de amortecimento, é um filtro de agressões externas a Unidade de Conservação, e acreditam que essas zonas devem admitir apenas atividades antrópicas que não prejudiquem o objetivo da conservação, ou seja, uma utilização auto-sustentável.

1.6 O papel da comunidade do entorno

A importância de se pensar a forma de relação de uma comunidade do entorno de uma UC, é de caráter extremamente relevante no processo de preservação, haja vista que, mediante a proximidade em que se encontram, deve se manter uma relação harmônica e equilibrada em suas interações. Simões (2008) afirma que a expansão urbana sob área protegida, representa um sério risco para as UCs, ocupação irregular, turismo desordenado e isolamento da unidade também são outras causas de perturbações internas.

Entretanto esse contato ainda que de forma indireta é cada vez mais freqüente, devido ao crescimento das atividades imobiliárias, sendo assim, a comunidade do entorno assume um papel muito importante na política de preservação do meio.

Uma das dificuldades de interação Comunidade – UC é o fato de a comunidade procurar por melhoria de vida, isto é, às vezes não sobra espaço para refletir sobre conceitos de sustentabilidade, afastando cada vez mais a inserção da temática ambiental em seu modo de vida.

Segundo (BECKER, 2009, p. 18 *apud* QUEIROZ, 2013, p. 92):

Um questionamento sobre sua finalidade origina-se nas próprias populações por elas afetadas em suas legítimas demandas de melhoria de condições de vida, uma vez que a mera preservação não gera riqueza, trabalho, renda, habitação e serviços necessários para alcançar as melhorias desejadas.

Nesse sentido Queiroz (2013) considera importante tornar as Unidades de Conservação em territórios mais atraentes, onde a comunidade possa criar laços de identidade, valorizando-o e possibilitando uma maior visibilidade, ele ressalta ainda que a maioria das UCs do Brasil, em especial os Parques ainda são muito falhos e frágeis nesta tentativa de tornar os ambientes locais mais chamativos.

Esses mecanismos de interação Comunidade – Meio, usados para o planejamento de uso público de uma UC devem estar ancorados em orientações metodológicas que englobem certas práticas envolvendo a sociedade, em especial os freqüentadores e comunidades vizinhas do seu entorno, que podem colaborar para minimizar a degradação ambiental e garantir uma nova relação sociedade-natureza. (QUEIROZ, 2013).

No caso da ESECAE essa proximidade trouxe alguns prejuízos ambientais, como o acúmulo de lixo ao redor da UC, um trabalho de educação ambiental na comunidade do Mestre D'armas foi iniciado por parte dos gestores da UC, através do grupo Maria Faceira, e a ideia foi justamente essa de tornar a área mais atraente para inserção do uso público dessa área de preservação.

1.7 Mestre D'armas: Um Bairro em ascensão

O processo de formação do bairro Condomínio Mestre D'armas se deu como tantos outros no Distrito Federal, a invasão de terras, reflexo dos graves problemas de habitação que

o DF enfrenta nos últimos 20 anos, muitos acabam optando por invadir um terreno e brigar posteriormente por sua regularização.

Ainda em processo de regularização e com o auxílio dos recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal, o condomínio Mestre D'armas I sofre com muita precariedade.

De acordo com a Secretaria de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano – Sedhab.

Para a regularização, a Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (Codhab) contratou o Projeto Integrado de Regularização e o Programa de Educação Ambiental, finalizados em 2010. No mesmo ano, o estudo ambiental e o projeto urbanístico foram encaminhados ao Grupo de Análise e Aprovação de Parcelamentos do Solo e Projetos Habitacionais (Grupar) para aprovação. O projeto urbanístico, se aprovado, segue para apreciação dos conselhos, assinatura de decreto pelo governador, registro em cartório (GDF, 2014. p. 1).

Políticas públicas voltadas para a regularização desses condomínios é a válvula de escape na esperança de acreditar em dias melhores, muito é prometido, e não podemos dizer que nada foi feito, mais ainda existe um longo caminho para a estruturação dessa comunidade em questão.

II – REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Educação Ambiental – Histórico e ação comunitária

O entendimento do que de fato é educação deve-se tomar como referência que os diferentes grupos sociais estabelecem formas distintas de educar e educar-se, e que os processos históricos mostram que não há uma verdade absoluta, ou uma estratégia única que valide uma forma pedagógica única (OLIVEIRA, 2003).

Recentemente muito se tem falado da relação entre crise ambiental e educação, acreditando-se que a educação seria uma ferramenta importante para a manutenção dos ambientes naturais preservados, mais essa relação entre crise ambiental e educação já perdura um caminho considerado extenso.

A palavra educação é um substantivo que caracteriza um vasto campo de departamentalizações educativas, um termo extremamente abrangente e pouco específico, ao mesmo tempo em que pode englobar tudo também pode agir de forma leviana, é o caso da educação em relação ao meio ambiente, a necessidade de formação do sujeito ecológico, fez com que fosse incorporado o adjetivo “ambiental” à palavra educação (CARVALHO, 2004).

A junção do substantivo educação com o adjetivo ambiental é motivo de intensos debates que de tempo em tempo são travados entre pensadores que acreditam que toda educação é ambiental, e não há motivo para separar um eixo da educação exclusivo para trabalhar questões ambientais, Carvalho (2004) classifica esses argumentos contrários a especificidade da prática ambientalmente orientada, como jogar “água fria” no longo caminho percorrido por inúmeros anos, onde se lutava para diluí-la do marco geral da educação afirma ainda que a educação constitui uma arena, um espaço social que abriga diversas modalidades e especificidades de práticas e formação dos sujeitos, onde cada um procura seu espaço de inserção naquilo que lhe desperta interesse na ação educativa, sendo assim, por mais que argumente que a educação ambiental já esteja inserida no campo educacional jamais ela conseguirá atingir seu objetivo de formação do sujeito ecológico.

Layrargues (2004) enfatiza que após a legitimização do termo “Educação ambiental”, uma série de classificações e denominações explicitaram as concepções que preencheram de sentido as práticas e reflexões pedagógicas relacionadas à questão ambiental, expressões como Alfabetização Ecológica, Ecopedagogia, Educação Ambiental crítica, transformadora ou emancipatória, Educação no processo de Gestão Ambiental, foram com o tempo resignificando os sentidos identitários que norteiam o campo da Educação Ambiental. Essa

quantidade de nomenclaturas para uma única vertente, revela dois movimentos simultâneos, entretanto distintos, o primeiro é um refinamento conceitual e o segundo um estabelecimento de fronteiras identitárias internas.

Carvalho (2004) menciona ainda que a legitimização do termo Educação Ambiental, é um passo extremamente importante, porém é insuficiente para avançar na construção de uma práxis, uma prática pensada que fundamenta e põe em ação os projetos.

A Educação Ambiental possui práticas muito diferentes de seu posicionamento político-pedagógico, tornando-se assim necessário situar o ambiente conceitual com o político, um bom encontro promotor de potência de ação é a Educação Ambiental com o Pensamento crítico do campo educativo, sendo que a Educação Crítica tem suas raízes nos ideais democráticos e emancipatórios, formando sujeitos sociais emancipados e leitores críticos do seu mundo, e a Educação Ambiental possui uma particularidade que é compreender as relações sociedade-natureza e intervir sobre os problemas e conflitos ambientais (CARVALHO, 2004).

Pergunta-se muito qual a contribuição que a Educação Ambiental pode dar para a crise socioambiental que enfrentamos, todavia essa intensificação maçante do debate, não tem acrescentado na diferenciação das principais tendências político-ideológicas e éticas que dividem o campo ambiental, gerando em consequência, um quadro confuso, pontuado de ambigüidades, dúvidas e indistinções. Isto é, apesar da ampla diversidade e objetivos das propostas de Educação Ambiental, muitas vezes parece que nos referimos a um mesmo objetivo (LIMA, 2002).

Queiroz (2013), afirma que a Educação Ambiental possui subsídios suficientes para nortear a efetivação de práticas sustentáveis que fortaleçam políticas de ordenamento territorial e ambiental, dando amadurecimento, crescimento e fortalecimento do saber, da ação, da reflexão e na construção de um caminho de transformação social, uma vez que é parte do processo de compreensão da realidade.

A educação está sempre em transição para que possa ser adaptada ao seu fim de origem é assim com a educação conservacionista que tem como foco o ambiente, e não o homem, esse modelo teve de ser revisto e aprimorado, pois a exclusão do homem fazia com que se tornasse apenas o estudo da natureza. Já a educação ambiental tem o homem como parte que interage com o meio. A educação conservacionista é apenas um estudo da natureza, como um conteúdo a se transmitir, mostrando ao educando os impactos decorrentes das atividades humanas na natureza, para então enfatizar meios tecnológicos para enfrentá-los, entendendo o problema ambiental como fruto de um desconhecimento dos princípios

ecológicos que gera maus comportamentos nos indivíduos, sendo assim, caberia a educação conservacionista, um instrumento de socialização humana perante a natureza criar bons comportamentos, para a manutenção da mesma (TANNER *apud* LAYRARGUES, 2012).

Já a Educação Ambiental insere o ambiente humano em suas considerações, caracterizando o homem como parte do meio, sobretudo urbano, promovendo uma maior interação entre o mundo natural e social (TANNER *apud* LAYRARGUES, 2012).

Carvalho (2011) destaca que a educação ambiental surge em um terreno com tradições extremamente naturalista, tornando-se difícil de superar essa marca mediante a afirmação de uma visão socioambiental, exige um esforço de superação da dicotomia entre sociedade e natureza, para poder ver as interações permanentes entre a vida humana social e a vida biológica da natureza.

A visão da educação conservacionista tem como diferença principal a inserção do homem com o meio, enquanto uma afirma que o principal causador dos impactos ambientais é o homem, e trabalha com mecanismos de afastamento do mesmo para preservação, a outra, por sua vez prega que não podemos caracterizar o meio ambiente natural sem envolver o meio social como um todo.

Para Carvalho (2011) a visão socioambiental orienta-se por uma racionalidade complexa e interdisciplinar e pensa o meio ambiente não como um horizonte intocável, mas sim como uma zona de interações, tanto sociedade quanto o meio físico e biológico com mudanças contínuas e mútuas. Tal perspectiva considera o meio ambiente como espaço relacional, onde o homem não pode ser considerado intruso, desagregador, ou câncer do planeta, ele deve ser considerado como parte da teia de relações da vida social, natural e cultural.

Com base na defesa de que o homem e a natureza precisam de interação, Carvalho (2011) afirma que essa relação nem sempre é nefasta, podendo muitas vezes serem sustentáveis, propiciando um aumento da biodiversidade pelo tipo da ação humana exercida ali, podendo ser denominada como sociobiodiversidade, ou seja, uma condição de interação que enriquece o meio ambiente, como exemplo de vários grupos extrativistas, ribeirinhos e indígenas. E restrição de uma visão naturalista-conservacionista é o mesmo que diminuir o meio ambiente a apenas uma de suas dimensões, desprezando a riqueza da permanente interação entre natureza e cultura humana.

É importante ressaltar que a visão socioambiental não nega que a base da natureza é o “natural”, ou seja, suas leis físicas e biológicas, e que o homem deve estar como ser dominador da natureza, o que o socioambientalismo traz como crítica ao movimento

naturalista-conservacionista é o fato de tratar a natureza como mundo autônomo, reduzido a dimensão física e biológica, como afirma Carvalho (2011).

Trata-se de reconhecer que para aprender a problemática ambiental, é necessária uma visão complexa de meio ambiente, em que a natureza integra uma rede de relações não apenas naturais, mas também sociais e culturais (CARVALHO, 2011, p.38).

3.2 Gênero e Meio Ambiente

Esse trabalho se desenvolve com as visões de um grupo de mulheres, nesse sentido vamos analisar a relação entre Meio Ambiente e Gênero que constituem alguns dos mais influentes debates da atualidade, a inserção da mulher nessa problemática potencializando o debate, obteve um ganho significativo em relação ao imbróglio ambiental que o meio ambiente vinha enfrentando.

Para entendermos esta questão precisamos destacar a importância da incorporação da mulher no debate, que segundo Hernández (2010), nos anos 1970 existia apenas uma pequena preocupação com a inserção da mulher nos setores de produtividade rural e nas atividades do setor informal, dando início há um longo trajeto para inserção da mulher no processo de desenvolvimento.

Segundo (Kabeer 1998 *apud* Hernández 2010) Na mesma década surge o enfoque teórico: Mulheres em Desenvolvimento (MED), que diz respeito a maiores oportunidades para a mulher na capacitação e educação, que de certa forma acabaria facilitando a inserção da mesma no setor moderno da economia e ao desenvolvimento econômico.

Essa teoria gerou duras críticas por não levar em consideração a situação feminina como produto das relações sociais entre os gêneros, colocando-se então em debate as relações de poder, conflitos sociais e as relações de gênero para entender a situação subordinada das mulheres (Kabeer 1998 *apud* Hernández 2010).

Nos anos 90 outra perspectiva teórica surge com o intuito de corrigir falhas que o MED apresentava, uma nova proposta surge com a premissa de que as mulheres estavam sendo excluídas do processo de desenvolvimento, portanto argumenta-se a necessidade de alcançar a igualdade legal, política e social, com a inserção da presença feminina na

formulação de políticas públicas, com intuito de melhorar a posição das mulheres e diminuir as desigualdades em relação à figura masculina (Deere & Leon 2002 *apud* Hernández 2010).

A conquista de direitos de gênero alavancou uma série de premissas no enfoque ambiental que as mulheres conquistariam conseqüentemente, entretanto, o tão falado discurso de sustentabilidade ainda não permitia a voz feminina na tomada de decisão. Somente em 92 com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada no Estado do Rio de Janeiro (Rio 92), foi colocada a participação das mulheres dentro do discurso de Desenvolvimento Sustentável, onde inclusive faz parte de uma das linhas da “Agenda 21 das Mulheres”, que descreve as prioridades para alcançar um desenvolvimento de forma sustentável para o século posterior. Em seu princípio 20 a declaração da Rio 92, afirma que as mulheres possuem um papel importante no manejo ambiental e desenvolvimento, tornando sua participação imprescindível para alcançar a sustentabilidade (Rico 1998*apud* Hernández 2010).

Apesar de ter sua inserção nas questões ambientais salientadas pela Agenda 21, o movimento feminino ainda possui um vasto caminho para ser percorrido, haja vista que, diversas questões que permeavam a operacionalização ainda não estavam muito claras, uma obscuridade imensa pairava sobre um campo de incertezas, é o que afirma Hernández (2010):

Apesar desse reconhecimento, a Agenda 21 apresenta sérios obstáculos que limitam sua operacionalização entre os quais se destacam: a) a falta de clareza na proposta de um desenvolvimento sustentável; b) a falta de decisão política para estabelecer ações concretas no melhoramento dos recursos que permitam alcançar um desenvolvimento sustentável; c) o fato de caracterizar as mulheres apenas como administradoras domésticas da crise ambiental (Hernández, 2010 *apud* Rico, 1998; p.19).

Ainda na década de 90 a ONU incorporou as mulheres como “administradoras privilegiadas do meio ambiente”, sendo então consideradas como educadoras do meio ambiente, exaltando sua eficiência. Com base nesse reconhecimento, outras instituições internacionais, incorporaram programas nos quais salientam a importância do papel da mulher na biodiversidade (Hernández, 2010).

Não podemos deixar de destacar também nesse contexto histórico cultural da relação mulher – meio ambiente, o ecofeminismo. De acordo com Candiotta (2012), esse termo surge na França no fim da década de 70, pela socióloga feminista Françoise D'Eubonne, onde o intuito principal era associar a luta pela transformação das relações de gênero à mudança das relações com o ecossistema.

A literatura é vasta de pensamentos e estudos que incentivam a incorporação da mulher na temática ambiental, visto que, de um modo geral pertence à mulher o manejo e sustento dos recursos naturais que são transformados no cotidiano dos pequenos grupos, aldeias e comunidades ao redor do mundo, em nosso país temos diversos exemplos, como mulheres pescadoras, agricultoras, enfim trabalhadoras em geral que se relacionam de forma direta com o meio ambiente (Carneiro & Schimanski, 2012).

Para Carneiro & Schimanski (2012), a construção das identidades entre homens e mulheres tem-se configurado através da divisão social do trabalho, com atribuições de papéis pré-definidos, sendo assim a mulher acaba assumindo para si aquilo que lhe é determinado pela sociedade, partindo dessa lógica, a mulher acaba incorporando também a função de mantenedora do ecossistema e dos recursos naturais, isso sem falar das atividades domésticas que na maioria das vezes ela assume sem a ajuda do cônjuge, e ainda na maioria das vezes quando ocorre alguma degradação ambiental, a mulher é a primeira a denunciar e reclamar em favor da natureza e exigir ações para sanar tais agressões.

É importante também levarmos em consideração que a relação da mulher com a natureza não é algo recente, mas, sim de muito tempo. Segundo (Angelin 2008 *apud* Carneiro & Schimanski 2012) há uma proximidade mística entre o feminino e a natureza. Religiões pagãs como os Vikings e os Celtas, mantinham uma relação próxima com a natureza e cultuavam deusas, concedendo assim um destaque especial para as mulheres, pois estas possuíam uma proximidade muito grande com a “Mãe Terra”, que tinha em comum o poder de fertilidade, na mitologia Celta as mulheres eram consideradas invulneráveis, inteligentes, poderosas, guerreiras e líderes de nações.

De acordo com (Angelin 2008 *apud* Carneiro & Schimanski 2012) o sistema opressor e de submissão das mulheres deu-se início na medida em que os povos foram deixando de ser nômades, enquanto os homens saíam para caçar, as mulheres ficavam em casa cuidando das atividades domésticas e dos filhos, o tempo de proximidade fez com que ela desenvolvesse

uma atividade de envolvimento com a terra, a agricultura, ele afirma que a naturalização da tarefa feminina na reprodução humana e na vida doméstica aproximou a mulher da natureza.

É complicado afirmarmos que a relação de pertencimento ao meio ambiente por parte das mulheres se deu apenas por esse motivo, haja vista que uma simples relação de contato com a terra não é suficiente para gerar esse grau de maturidade ambiental, é só observarmos que os homens também exerciam na mesma época atividades que envolviam de forma direta o uso da terra, extraindo dela seu sustento, como a caça, pesca e outras atividades com o mesmo fim, e nem por isso despontaram como defensores da mãe terra da mesma forma que as mulheres. Essa relação da mulher com a terra é algo que de fato está intrinsecamente ligado as raízes femininas, uma sensibilidade comum ao gênero.

Para Carneiro & Schimanski (2012) essa ligação mulher – natureza construída historicamente e ideologicamente se deu por um fato em comum, a subordinação da mulher ao homem e a existência de uma mística natureza tida como feminina. Para Candiotta (2012), um dos aspectos centrais do ecofeminismo é mostrar que a dominação feminina e a dominação da natureza estão associadas há uma cultura patriarcal, essencialmente da cultura ocidental, e que na medida em que se aproxima a relação dos seres humanos com a natureza, é natural que resulte em uma superação da dominação das mulheres pelos homens, ou seja, são vertentes que caminham juntas.

De fato o julgo de submissão serviu como um elo entre a mulher e o meio ambiente, a figura masculina que representava a opressão para ambos foi peça fundamental para a formação de caráter ecológico feminino, visto que, a relação da mulher com a natureza de forma histórica não é um mero caso profissional, há uma interligação afetiva, tanto que o crescimento e emancipação de direitos cresceram de forma paralela. De acordo com Carneiro & Schimanski (2012), a relação profunda da maioria das mulheres com o meio ambiente, não está diretamente associado à pertencer ao sexo feminino, mas, originária de suas responsabilidades de gênero na economia familiar, na distribuição do poder da propriedade.

No caso do grupo de mulheres Maria Faceira, é importante destacar que essa pesquisa busca trazer algumas contribuições para a relação mulher - natureza, e qual a contribuição que a Unidade de Conservação trouxe para o dia-a-dia do grupo de proteção ao Cerrado Maria Faceira.

III - Pressupostos Metodológicos

3.1 Metodologia

No campo metodológico essa pesquisa está inserida na abordagem qualitativa, por ter como foco principal compreender fenômenos complexos, que estão intrinsecamente ligados à sentimentos e percepções. As ferramentas metodológicas se diferenciam em seus propósitos e finalidades ora quantitativa ora qualitativa, outrora quali-quantitativa, são ferramentas que se aplicam para cada necessidade de pesquisa, nesta pesquisa caminharemos pelas ferramentas estatísticas da abordagem qualitativa, que de acordo com Paulilo (1999) é empregada para compreensão de fenômenos caracterizados por um alto grau de complexidade interna.

São muitos os métodos e técnicas de coletas em uma abordagem qualitativa, nesta pesquisa em um primeiro momento utilizamos a coleta de dados primários, como levantamento bibliográfico sobre a Unidade de Conservação ESECAE – DF e o grupo de mulheres Maria Faceira, em publicações, sites, revistas e documentos público. Em um segundo momento foi aplicado um questionário para uma “amostra” da “população” Maria Faceira, sendo a população composta por 12 mulheres, retiramos uma amostra 11 mulheres, totalizando uma porcentagem superior a 95%.

Para Pocinho (2009), uma “população” é a somatória dos indivíduos pertencentes a um grupo comum e que estão sujeitos a uma análise estatística, e como “amostra” um subconjunto retirado da “população”, que se supõe ser representativo, das características totais do grupo. Para definir o número exato que seria tirado da população usamos informações estatísticas, é o que afirma Pocinho (2009), quando diz que quanto mais homogênea a população menor é a amostra. No trabalho em questão, a similaridade dessas mulheres permitiu uma amostra de 92%, entrevistando 11 de um total de 12. O questionário foi composto por 10 perguntas, sendo 6 fechadas e 4 abertas.

A entrevista ocorreu na sede da Estação Ecológica de Águas Emendadas, a pedido do grupo de apoio ao Cerrado Maria Faceira.

“... Se é para falar do projeto, tem que ser onde tudo nasceu, com essa vista maravilhosa...” (Dona Magda, 51 anos).

A entrevista foi feita de forma individual e registrada por mim. Foram entrevistadas *Dona Antônia Lopes*, 49 anos, Ceará, *Dona Eunice*, 74 anos, Goiás, *Dona Maroniza*, 64 anos,

Bahia, *Dona Solidade*, 55 anos, Piauí, *Clarismunda (Clara)*, 72 anos, Ceará, *Dona Magda*, 51 anos, Minas Gerais, *Dona Adailza*, 41 anos, Paraíba, *Dona Daviana*, 41 anos, Goiás, *Dona Maria Batista*, 66 anos, Ceará, *Dona Maria Araújo*, 61 anos, Tocantins, *Dona Ana Maria*, 58 anos, Bahia.

IV – ANÁLISE DOS DADOS

4.1 “Águas Emendadas: da percepção de um mato para uma área de práticas ecológicas”

Para a análise dos resultados do questionário adotou-se dois passos. O primeiro está relacionado com os dados resultantes das questões abertas e o segundo com as questões fechadas e teve como objetivo observar a percepção que esse grupo de mulheres Maria Faceira, possui em relação à natureza e qual a contribuição que essa relação trouxe para o dia-a-dia dessas mulheres. Assim a primeira questão foi:

01 – Qual a importância da natureza para você?

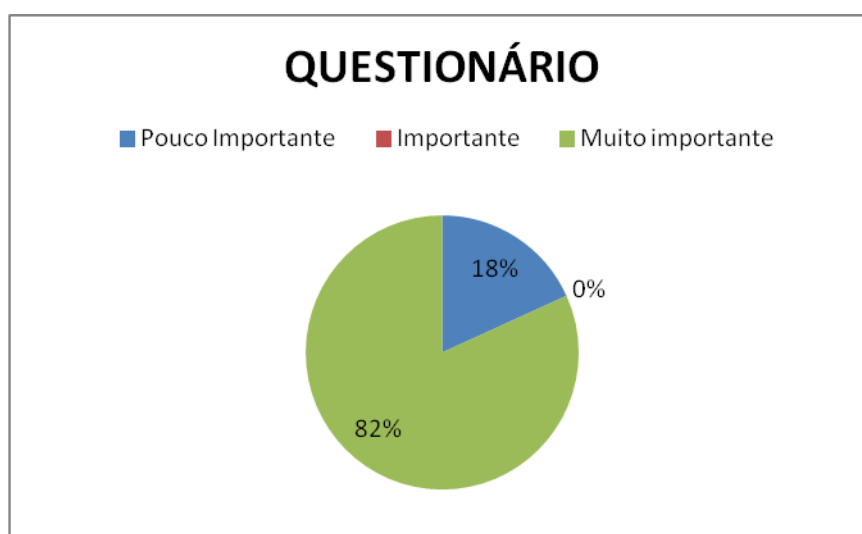


Gráfico I – Nível de importância da natureza para o grupo de proteção ao Cerrado Maria Faceira.

A unanimidade de enaltecer a natureza, e considerá-la importante é notável, pois 82%, ou seja, 9 das mulheres entrevistadas responderam que consideram a natureza muito importante, e 18%, sendo 2 mulheres creditaram à natureza como importante em suas vidas. Isso corrobora com a reflexão de Sá (2005) de que o ser humano possui uma relação de proximidade com a natureza no início de sua origem, todavia a evolução do modelo socioeconômico o fez desenraizar de suas origens de ligação com a terra, ou seja, a

proximidade com a terra e a relação de interação proporciona arcabouços suficientes para uma relação mais saudável com a natureza.

Sá (2005) afirma que o desenraizar do homem da natureza está diretamente ligada à ideologia individual do capitalismo moderno, que afasta o homem de suas raízes ecológicas e o faz incapaz de reconhecer as relações que com a natureza, ignorando tudo que não está ligado ao seu benefício próprio.

Essa pergunta evidencia que essas mulheres sempre acharam a natureza importante para a sociedade, entretanto, no decorrer das questões vamos observar que esse modelo socioeconômico que vivemos foi um dos responsáveis por minimizar a temática ambiental no cotidiano dessas mulheres.

A segunda visava saber se mesmo morando nos arredores da Estação Ecológica de Águas Emendadas, elas conheciam a Reserva, foi feita a seguinte pergunta:

02 – Conhecia a “Reserva de Águas Emendadas” antes do projeto Maria Faceira?



Gráfico II – Porcentagem de conhecimento da Reserva antes do Projeto Maria Faceira.

Para minha surpresa 91%, ou seja, 10 mulheres não conheciam a Unidade de Conservação antes de participarem do projeto, e apenas 01 representado 9% da amostra tinha

conhecimento do que de fato era aquela área, e conheceu através da filha em uma atividade de educação ambiental realizada pelos educadores da UC, em uma escola do bairro.

A terceira questão tinha como objetivo, saber qual era a ideia que elas tinham sobre a área, então a pergunta foi a seguinte:

03 – Como você via a “Reserva de Águas Emendadas” antes do Projeto Maria Faceira?

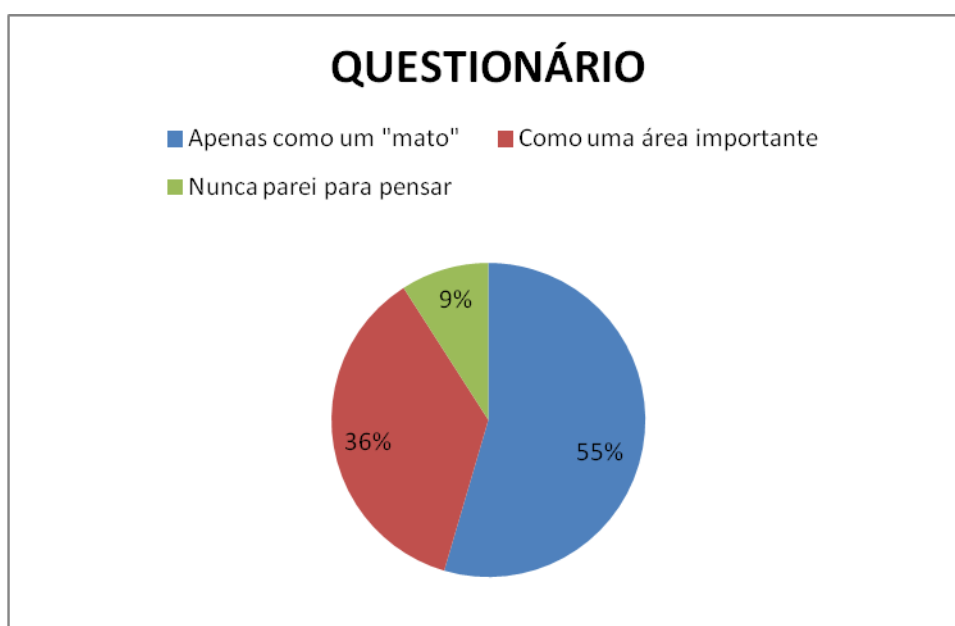


Gráfico III – Reserva de Águas Emendadas na visão do grupo Maria Faceira antes do Projeto.

As respostas divergiram um pouco, pois se trata de opiniões sobre algo pouco conhecido, entretanto 55%, ou seja, 6 responderam que viam aquela área apenas como um “mato” e não tinham a real noção do que se tratava, 36% representado por 4 pessoas, falaram que mesmo sem saber do que se tratava, via aquela área como um local muito importante e apenas uma pessoa representando 9% da amostra nunca parou para pensar o que poderia ser o local.

A quarta questão era para saber se após a participação no Projeto de Educação Ambiental realizado pelos educadores da Unidade de Conservação, alguém da família foi alcançado pela a idéia, então a pergunta foi a seguinte:

04 – Além de você, alguém de sua família teve contato com a “Reserva de Águas Emendadas”, após sua participação no projeto?

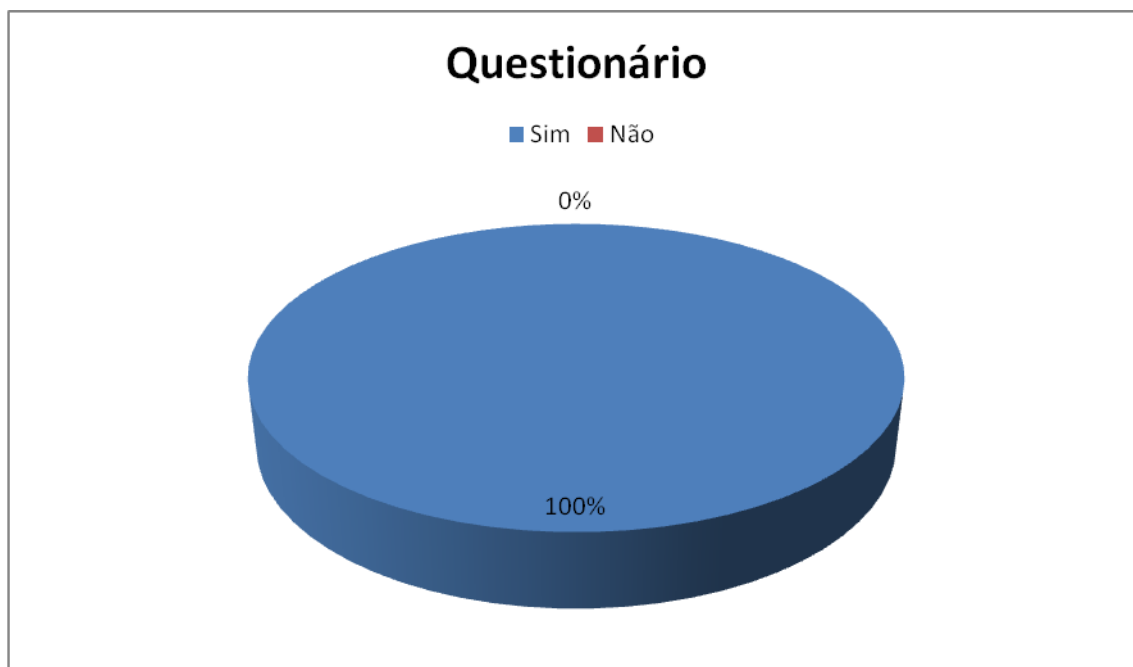


Gráfico IV – Porcentagem de entrevistados que divulgaram aos familiares.

O resultado desta questão foi surpreendente, pois, satisfaz o intento da Educação Ambiental, que é formar novas sensibilidades e posturas sobre a conservação do meio ambiente, é o que afirma Jacobi (2003) quando diz que em tempos onde a informação se mostra cada vez mais importante no processo de motivar e sensibilizar as pessoas para transformar a qualidade do meio ambiente, a divulgação oral é uma excelente ferramenta. As mulheres do grupo de apoio ao Cerrado Maria Faceira não só aprenderam valores ambientais, como também se tornaram multiplicadoras das boas práticas ecológicas.

Nas questões 05 e 06 cujos resultados serão analisados e apresentados em seguida o objetivo é compreender a importância do Projeto de forma pessoal, entender, qual a contribuição que essa interação trouxe para a vida particular de cada uma, e se essa relação homem - natureza tanto na prática gerou mudança de hábitos. Nas duas questões abaixo, ficou constatado que a relação homem – natureza gera um maior conhecimento sobre as áreas de

preservação e por consequência uma maior preservação, pois nas duas perguntas, todas as respostas foram sim, conforme os gráficos 05 e 06.

Nesse sentido, essa reflexão possui relação com as reflexões de Sá (2005) que afirma que o caminho para a conservação do meio ambiente, não está em afastar o homem das áreas de preservação, pois isso é o reflexo de grande parte dos problemas socioambientais, pois retira do homem sua sensibilidade com as outras formas de vida, e o faz ter a ideia de dominação.

Essa compreensão também é defendida por Pádua e Tabanez (1998) que afirmam que dentre tantas estratégias de manejo utilizadas no processo de cuidado com os recursos naturais, essa interação da comunidade com o meio, tem um destaque positivo, pois estimula todos os sentidos ao mexer com emoções e sensações, fazendo o ser humano questionar seus valores, e ao mesmo tempo capacitando-o a agir em prol da melhoria do meio ambiente e qualidade de vida.

05 – Na medida em que você foi participando do projeto Maria Faceira, isso ajudou você compreender melhor o que é uma Reserva Ecológica?

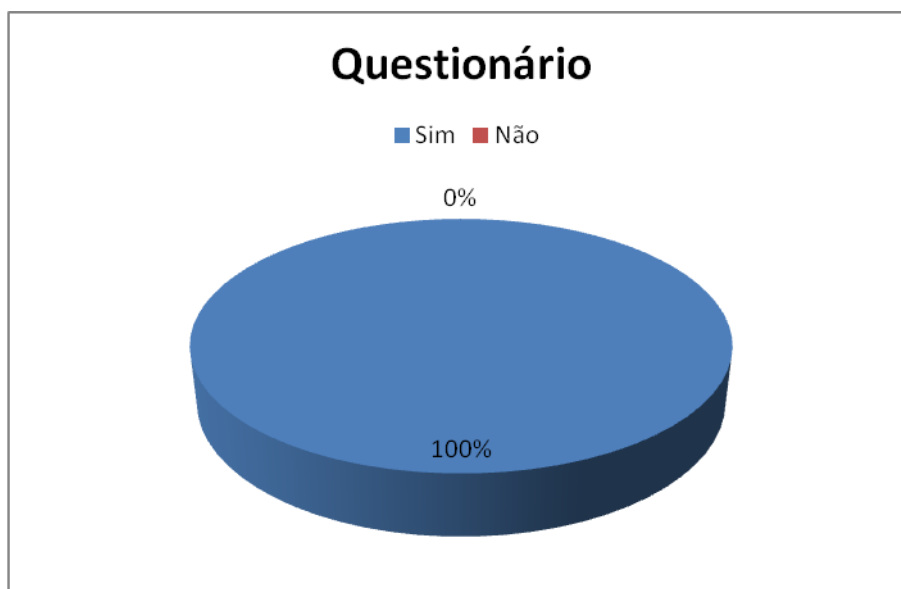


Gráfico V -Porcentagem de envolvimento com a UC no decorrer do Projeto.

06 – Essa interação com a “Reserva de Águas Emendadas” ajudou a melhorar sua relação com o meio ambiente consequentemente passou a preservá-lo mais?

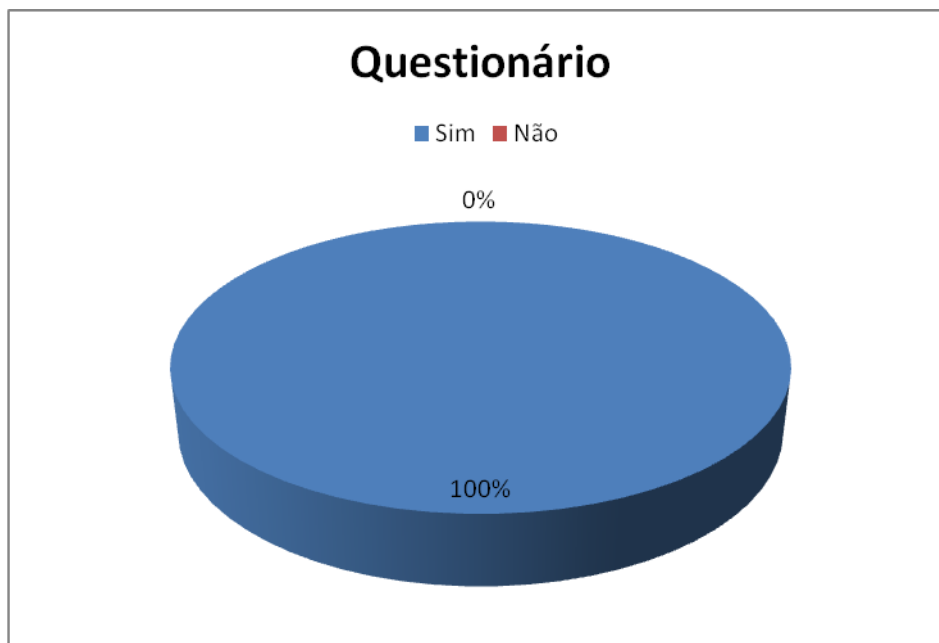


Gráfico VI – Importância da interação Comunidade – UC.

4.2 A UC: De um local que era distante e tornou-se próximo

Aqui serão analisadas as questões abertas, que buscou compreender como a interação comunidade - meio ambiente pode contribuir no processo de conservação dos recursos naturais, e qual a importância da Educação Ambiental no processo de Gestão Ambiental. Serão problematizados as enunciações e os relatos das entrevistadas. A primeira questão foi:

Antes do projeto como você via a “Reserva de Águas Emendadas”?

1. “... Nós não conhecíamos, não tínhamos noção, quando aparecia uma cobra agente matava...” (Dona Ana Maria, 58 anos).
2. “... Uma área de mato, porém importante...” (Dona Antônia Lopes, 49 anos).
3. “... Apenas como uma área de plantação...” (Dona Eunice, 74 anos).
4. “... Apenas como um Cerrado, eu passava no ônibus, quem será que mora naquela casinha lá em cima?...” (Dona Maroniza, 64 anos).
5. “... Apenas como um lugar longe...” (Dona Solidade, 55 anos).

6. “... Eu vinha pegar aqui pegar adubo de gado, pensava que estava roubando, tinha medo...” (Dona Clara, 72 anos).
7. “... Como uma área importante, tenho isso desde pequena relação com a natureza...” (Dona Magda, 51 anos).
8. “... Uma área importante, só não tinha noção de quão importante era...” (Dona Adailza, 41 anos).
9. “... Apenas como uma área comum...” (Dona Daviana, 41 anos).
10. “... Como uma área importante, tinha vontade de conhecer, mas não deixavam...” (Dona Maria Batista, 66 anos).
11. “... Uma área importante...” (Dona Maria Araújo, 61 anos).

As respostas acima evidenciam que a grande maioria não sabia que aquela área era uma Unidade de Conservação, é importante ressaltar também, que mesmo não tendo a noção do que seria aquele local, todas responderam de forma distinta que a área deveria ser muito importante e já sentiam vontade de conhecer. Vale destacar também nessa primeira pergunta que elas tinham curiosidade em saber o que funcionava lá dentro, é o que revela a resposta número 04 da Dona Maroniza, que se perguntava, “... Quem será que mora naquela casinha...”.

Isso demonstra a importância da interação comunidade - meio, e que a população local é peça fundamental no processo de conservação dos recursos naturais, isso dialoga com a ideia de Queiroz (2013), que diz que as Unidades de Conservação devem ser espaços atrativos para a comunidade do entorno, visto que, eles podem colaborar de forma significativa no processo de minimizar a degradação ambiental e garantir uma nova relação sociedade-natureza.

Na segunda pergunta foi possível fazer uma análise sobre a importância do Projeto Maria Faceira, e da Educação Ambiental no processo de conservação dos recursos naturais, perguntamos o seguinte:

E após o projeto, como vê a “Reserva de Águas Emendadas”?

1. “... Passei a cuidar mais, respeito o meio ambiente, aprendi muito com as meninas (Muna e Izabel, educadoras da ESECAE)...” (Dona Ana Maria, 58 anos).
2. “... Muito importante, deve haver cada vez mais preservação, é importante começar ainda na escola, é obrigação do governo e do povo...” (Dona Antônia Lopes, 49 anos).

3. “... Hoje sei e vejo como é importante...” (Dona Eunice, 74 anos).
4. “... Hoje sei a importância, me dói ver as pessoas maltratar e sujar a natureza...” (Dona Maroniza, 64 anos).
5. “... Uma área importante demais, um paraíso...” (Dona Solidade, 55 anos).
6. “... Algo muito importante, deve ser preservado...” (Dona Clara, 72 anos).
7. “... Hoje valorizo bem mais do que quando, apenas acompanhava minha filha nas atividades que a escola oferecia...” (Dona Magda, 51 anos).
8. “... Hoje tenho um conhecimento de como cuidar...” (Dona Adailza, 41 anos).
9. “... Um local que deve ser preservado, eu vi tanto “bicho” correndo quando pegou fogo, aquilo me doeu...” (Dona Daviana, 41 anos).
10. “... Muito bacana, me dói quando fazem queimada aqui...” (Dona Maria Batista, 66 anos).
11. “... Hoje valorizo bem mais, tenho medo de ficar sem água, assim como está acontecendo em São Paulo...” (Dona Maria Araújo, 61 anos).

Tomando como referência os autores que fundamentam teoricamente essa pesquisa Layrargues (2012); Jacobi (2003) podemos interpretar nessas enunciações a importância de se trabalhar a Educação Ambiental nas comunidades do entorno de uma Área de Preservação e como ela contribui para a construção de valores ambientais, elas aprenderam a importância da manutenção dos ecossistemas, isso ficou evidenciado na resposta número 11, “... *Hoje valorizo bem mais, tenho medo de ficar sem água, assim como está acontecendo em São Paulo...*” (Dona Maria Araújo, 61 anos). Essa leitura que a entrevistada faz é emblemática, pois demonstra que ela entendeu a importância de conservar os recursos naturais.

Outra resposta que chama a atenção é a número 09 “{...} *eu vi tanto “bicho” correndo quando pegou fogo, aquilo me doeu...*” (Dona Daviana, 41 anos). Isso mostra o sentimento que a ideia de pertencimento defendida por Sá (2005) pode explicar, sentir-se parte do meio.

O resultado obtido nesta pesquisa contribui com a afirmativa de Queiroz (2013), que defende a Educação Ambiental e afirma que é uma ação política que

possui subsídios suficientes para nortear a efetivação de práticas sustentáveis, por outro lado, essa pesquisa diverge com a visão da Educação Ambiental Conservacionista que tem como foco apenas o ambiente excluindo o homem, muito bem destacado por Layrargues (2012) quando ele faz a análise da corrente Educação Ambiental Conservacionista no interior do campo conceitual da Educação Ambiental, onde a primeira (Educação Ambiental Conservacionista) é apenas o estudo da natureza como conteúdo a se transmitir e a segunda (Educação Ambiental) inclui o homem em suas considerações, tendo-o como parte do meio.

As respostas 04, 07, 09 e 10 respectivamente:

“... Hoje sei a importância, me dói ver as pessoas maltratar e sujar a natureza...” (Dona Maroniza, 64 anos).

“... Hoje valorizo bem mais do que quando, apenas acompanhava minha filha nas atividades que a escola oferecia...” (Dona Magda, 51 anos).

“... Um local que deve ser preservado, eu vi tanto “bicho” correndo quando pegou fogo, aquilo me doeu...” (Dona Daviana, 41 anos).

“... Muito bacana, me dói quando fazem queimada aqui...” (Dona Maria Batista, 66 anos).

Contribuem de forma significativa com a ideia de gênero e meio ambiente, que afirma que a mulher possui uma relação mais intensa com a natureza, para (Angelin 2008 *apud* Carneiro & Schimanski 2012) existe uma proximidade mística entre o feminino e a natureza, religiões pagãs como os Vikings e os Celtas que tratavam a terra como mãe, associam a fertilidade como uma similaridade que liga ainda mais a relação mulher – natureza.

As duas últimas perguntas evidenciam que a Educação Ambiental contribuiu para a formação de conceitos de sustentabilidade para o grupo de mulheres Maria Faceira, foram elas:

Qual a importância de conservar e garantir a existência desta “Reserva”?

1. “... Precisamos de água, somos dependentes, aprendi até sobre a distribuição de lotes aqui perto da Reserva, e hoje sou contra, essa área teve ficar quieta...” (Dona Ana Maria, 58 anos).
2. “... Muito importante para a preservação da natureza, da água dos animais...” (Dona Antônia Lopes, 49 anos).
3. “... Muito importante, temos que garantir a existência dos bichos...” (Dona Eunice, 74 anos).
4. “... Muito importante, por exemplo, antes quando passava por aqui e achava uma flor bonita, eu pegava e levava para enfeitar minha casa, agora eu sei que é da natureza...” (Dona Maroniza, 64 anos).
5. “... Muito importante, não tenho nem palavras, só sei que temos que preservar esse paraíso...” (Dona Solidade, 55 anos).
6. “... Manter a beleza, a água, eu não podia ver uma flor que eu levava para casa, hoje eu não pego. Quando aprendemos a preservar a natureza o amor vem...” (Dona Clara, 72 anos).
7. “... MUITÍSSIMO importante, fauna, flora, todo o meio ambiente, acho que deveria ser mais pessoas preservando...” (Dona Magda, 51 anos).
8. “... Manter água, árvore para nos dar sombra, fruto e a água vem das árvores estarem de pé...” (Dona Adailza, 41 anos).
9. “... Preservar para ser um modelo de manter água para minha descendência...” (Dona Daviana, 41 anos).
10. “... Muito importante, aprendi cuidar...” (Dona Maria Batista, 66 anos).
11. “... Garantir água...” (Dona Maria Araújo, 61 anos).

Os relatos aqui apresentados podem ser interpretados como um olhar de sensibilidade e de que a área protegida pertence a vida delas. Também podem ser entendidos como a revelação de valores ecológicos que a Educação Ambiental Crítica foi capaz de agregar ao dia-a-dia dessas mulheres, de uma forma geral todas as respostas demonstram a preocupação em preservar os recursos naturais.

Como você pode ajudar a manter e cuidar da Reserva de Águas Emendadas?

1. “... Passando para o próximo o que aprendi...” (Dona Ana Maria, 58 anos).

2. “... Divulgando, participando dos projetos...” (Dona Antônia Lopes, 49 anos).
3. “... Eu ajudo divulgando para o maior número de pessoas...” (Dona Eunice, 74 anos).
4. “... Temos que ajudar mantendo a limpeza, que é um problema muito grande da nossa comunidade...” (Dona Maroniza, 64 anos).
5. “... Divulgando para pessoas que não conhecem...” (Dona Solidade, 55 anos).
6. “... Passando para todos o que aprendi...” (Dona Clara, 72 anos).
7. “...Divulgando para quem eu tiver a oportunidade...” (Dona Magda, 51 anos).
8. “... Divulgando o que as meninas nos ensinam...” (Dona Adailza, 41 anos).
9. “... Divulgando...” (Dona Daviana, 41 anos).
10. “... Passar o que sei e fazer minha parte...” (Dona Maria Batista, 66 anos).
11. “... Conscientizando as pessoas, nosso problema maior aqui é lixo, nossos vizinhos não cuidam...” (Dona Maria Araújo, 61 anos).

O resultado desta questão reforça que a Educação Ambiental contribuiu para despertar novos valores a um grupo de pessoas, entretanto, nesta pergunta, podemos compreender que a Educação Ambiental foi muito além, conseguindo despertar nessas protagonistas uma visão mais ampla da UC, contribuindo para a formação de sujeitos ecológicos. (Carvalho, 2008 apud Neto & Cruz, 2010) define sujeito ecológico como uma utopia que liga uma existência ecológica plena e uma sociedade plenamente ecológica, não classificando a palavra utopia de forma pejorativa, mas, entendendo como o norte das ações do homem que nada poderia fazer se tivesse idealizado previamente. A utopia é aquele conjunto de projeções, imagens, valores e de grandes motivações que inspiram novas práticas e agregam sentido às lutas e sacrifícios para aperfeiçoar a sociedade.

Essa formação ecológica é importante no intuito de formar multiplicadores de agentes ambientais, defensores do meio ambiente, as respostas mostram que todas as mulheres tiveram essa preocupação de repassar o conhecimento adquirido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resultado desta pesquisa que tinha como objetivo problematizar a importância da relação Comunidade - UC, a partir de um grupo de mulheres, e analisar a forma de compreensão da Unidade de Conservação por parte desse grupo de mulheres antes e depois dessa interação e qual foi a contribuição que essa relação teve nesse processo, pode demonstrar a importância que a Educação Ambiental possui no processo de Gestão Ambiental.

Educação Ambiental Crítica é uma ação política muito útil no processo de conservação da natureza, ela se sobressai por seu campo conceitual que tem seu foco em manter o ecossistema equilibrado tendo o homem como peça fundamental nesse processo, ou seja, possui uma visão de natureza sem excluir o homem, acreditando que essa interação é importante no processo de manutenção dos recursos naturais.

A visão da Educação Ambiental Conservacionista seria eficaz se os habitats fossem áreas isoladas sem perturbações provocadas pelo homem, como a nossa realidade é bastante diferente, esse modelo deve ser revisto, pois o crescimento populacional vertiginoso tem proporcionado no decorrer dos anos um avanço imobiliário, essa situação tem pressionado cada vez mais as áreas destinadas à proteção. Já a Educação Ambiental Crítica tem se mostrado mais abrangente, pois tem pensado nessa relação incluindo a ação humana com seus diferentes grupos sociais e de interesses, não apenas como vilã, mas como um aliado no processo de Conservação.

O caminho para a efetivação de práticas sustentáveis e inserção de valores ambientais na sociedade é longo, entretanto é esperançoso, pois essa pesquisa analisou o papel social de um grupo pequeno e pode demonstrar que a relação da comunidade com a UC, por meio de ações de Educação Ambiental, contribui para sensibilização sobre a garantia de sua proteção, visto que, o envolvimento com o meio trouxe valorações ambientais e resgatou sentimentos. A Educação Ambiental, também conseguiu formar nessas mulheres, sujeitos ecológicos, capazes de repensar ações e transmitir o conhecimento adquirido para outrem.

Referência Bibliográfica

ARRUDA, Ângela M. S. *Uma Contribuição às Novas Sensibilidades com Relação ao Meio Ambiente: Representações Sociais de Grupos Ecologistas e Ecofeministas Cariocas*. 1995. Tese de Doutorado — Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.

ARRUDA, Ângela M. S. (professora de Psicologia). *Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tese de doutorado sobre gênero e meio ambiente*. Rio de Janeiro, março de 1997.

BERLINCK, Christian N. **Diagnóstico sócio-ambiental do entorno da Estação de Águas Emendadas (DF)**. 2008. Tese de Doutorado – Instituto de Ciências Biológicas Departamento de Ecologia Programa de Pós-Graduação em Ecologia de Brasília, Brasília.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília – DF, Senado (1988).

CARVALHO, I. C. M; **Educação Ambiental a formação do sujeito ecológico** – 5.ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

CARVALHO, Isabel. C. M; **Educação ambiental crítica: Nomes e endereçamentos da educação**; Ministério do Meio Ambiente Secretaria Executiva Diretoria de Educação Ambiental; Brasília –DF, 2004.

CAVALCANTI, R. B & SILV, J. M. C. **Relatório de áreas protegidas no DF**. Departamento de zoologia; Universidade de Brasília, 2011.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

Disponível em : <http://www.planaltina.df.gov.br/sobre-a-ra-vi/conheca-planaltina-ra-vi.html>. Acessado em 20/10/2014.

Disponível em: <http://www.regularizar.df.gov.br/site/?p=1614>. Acessado em 20/10/2014.

Disponível em: <http://www.ibram.df.gov.br/informacoes/unidade-de-conservacao.html>
Acessado em: 02 de Julho 2014.

DRUMMOND, José Augusto. **Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro**. Niterói: EDUFF, 1997.

IBRAM. **Mapa Ambiental do Distrito Federal; Instituto Brasília Ambiental**; 2014.

JACOBI. P. **Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade**. Programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental – USP; Caderno de Pesquisa, n. 118, p. 189-205, São Paulo, Brasil, 2003.

LAYRARGUES, Philippe. P; **Sociedade e Meio Ambiente: a educação ambiental em debate**. – 7. Ed. – São Paulo: Cortez, 2012.

LIMA, G. F. C; **Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania** – Crise ambiental, educação e cidadania: os desafios da sustentabilidade emancipatória – São Paulo: Cortez, 2012.

LOUREIRO, Carlos F. B: **SUSTENTABILIDADE E EDUCAÇÃO um olhar da ecologia política**, Editora Cortez, volume 39, p. 41-73.

MENIS, P & CUNHA Iane P. R 2011. **Unidades de Conservação**. In: Revista UNI. Imperatriz, Maranhão, 2011. P. 53-62.

NETO. E. B. C & CRUZ. M. C. S. **A Formação de Sujeito Ecológico no Curso de Gestão Ambiental do IFPE** – Campus Recife, Brasil, Recife – Pernambuco, 2010.

OLIVEIRA, Elisio M. **Cidadania e Educação Ambiental: Uma proposta de educação no processo de Gestão Ambiental**. Ministério do Meio Ambiente, Brasília, 2003.

PADUA, S. & TABANEZ. M.F 1997. “**Uma abordagem participativa para a conservação de áreas naturais: educação ambiental na Mata Atlântica**”. In: *Anais do congresso de Unidades de Conservação*. Curitiba, Paraná, 1997. Volume 2. 371 – 379.

PADUA, Suzane M. & TABANEZ, Marlene F. **Educação Meio Ambiente e Cidadania : Reflexões e experiências**. Participação Comunitária: Um elemento chave na proteção de Unidades de Conservação. Brasília, Ministério do Meio Ambiente, p. 39-41.

PAULILO, M. A. S; **Pesquisa Qualitativa e a história de vida**. Serviço Social revista Londrina – PR, Ano 1999, V. 2, N. 2, P. 135-148.

Presidência da República: Casa Civil Subchefia para assuntos Jurídicos. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação-SNUC- Lei No 9.985**, de 18 de julho de 2000.

POCINHO, M. **Amostras: Teoria e exercícios passo-a-passo, Amostras e tipos de Amostragem**. Disponível em:
http://docentes.ismt.pt/~m_pocinho/calculo_de_amostras_teorias.pdf

QUEIROZ, E. D; **Contribuições da educação ambiental crítica para o uso público sustentável em Unidades de Conservação**. In: Anais – Uso público em Unidades de Conservação, n 1, v. 1, Niterói – RJ; Universidade Federal Fluminense, 2013.

QUINTANA, A. C & HACON, V. **O desenvolvimento do capitalismo e a crise ambiental**. In: O social em questão; Ano XIV – N° 25/26, 2011, P. 427-444.

RIBEIRO, R & MARINHO-FILHO, J. **Estrutura da comunidade de pequenos mamíferos (Mammalia, Rodentia) da Estação Ecológica de águas Emendadas, Planaltina, Distrito Federal, Brasil**. In: Departamento de zoologia; Universidade de Brasília, dezembro de 2005.

RIO, Vicente D. & OLIVEIRA, Livia: **Percepção Ambiental : A Experiência Brasileira**. São Carlos, 1996. P.97-119.

RYLANDS, A. B & BRANDON, K. **Unidades de conservação brasileiras**. Instituto de Ciências Biológicas; Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil, 2005.

SÁ,L.M. Encontros e caminhos: **Formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores**. In: **Pertencimento**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, p.247-256, 2005.

SOUZA, Mariana Cristina C. **Educação Ambiental em Unidades de Conservação: Análises dos processos desenvolvidos pela Estação Ecológica de Caiuá- PR**. Trabalho de conclusão de curso- UNESP/ROSANA, dezembro de 2011, São Paulo.

TEIXEIRA, C: **O Desenvolvimento Sustentável em Unidade de Conservação: a “naturalização” do social**. Revista Brasileira de Ciências Sociais- Vol. 20 N° 59.

WALDMAN, M; **Crise Ambiental: Ponderando a respeito de um dilema da Modernidade**. In: Revista Crítica Histórica, Ano II, N° 4, Dezembro, 2011.

ANEXO



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Campus Planaltina
Graduação em Gestão Ambiental

Pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso – LUIS GUILHERME DIAS DUARTE

Tema: A relação Unidade de Conservação – Comunidade: um estudo de caso a partir do grupo de mulheres Maria Faceira na Estação Ecológica de Águas Emendadas.

Orientador: Prof. Dr. Irineu Tamaio

Questionário Maria – Faceira

Nome:

Idade:

Naturalidade (onde você nasceu?)

- 1. Qual a importância da natureza para você, antes de se mudar para o Mestre D'armas?**
() Pouco importante () Importante () Muito Importante
- 2. Conhecia a “Reserva de Águas Emendadas” antes do projeto Maria-Faceira?**
() Sim () Não
- 3. Como você via a “Reserva de Águas Emendadas” antes do projeto Maria – Faceira?**
() Apenas como um “mato” () Como uma área importante () Nunca parei para pensar.
- 4. Além de você, alguém de sua família teve contato com a “Reserva de Águas Emendadas” após sua participação no projeto?**
() Sim () Não

- 5. Na medida em que você foi participando do projeto Maria Faceira, isso ajudou você compreender melhor o que é uma “Reserva de Águas Emendadas”?**
() Sim () Não
- 6. Essa interação com a “Reserva de Águas Emendadas” ajudou a melhorar sua relação com o meio ambiente conseqüentemente passou a preservá-lo mais?**
() Sim () Não
- 7. Antes do projeto como via a “Reserva de Águas Emendadas”?**
- 8. E após o projeto, como vê a “Reserva de Águas Emendadas”?**
- 9. Qual a importância de conservar e garantir a existência da “Reserva de Águas Emendadas”?**
- 10. Como você pode ajudar a manter e cuidar da “Reserva de Águas Emendadas”?**